

ABORDAGEM DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DIRECIONADA A ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Beatriz Elena Barud Silva¹
Éder Rodrigo Gimenes²

RESUMO

A inquietação sobre como estimular a participação social para além do ato de votar constituiu o ponto de partida deste trabalho. Considerando que o engajamento cívico fortalece o sentimento de pertencimento dos indivíduos à sociedade, compreende-se que a educação desempenha papel fundamental nesse processo formativo. Com base nessa perspectiva, o estudo propõe uma prática pedagógica voltada ao incentivo da participação não convencional entre estudantes dos anos finais do Ensino Médio. Esse período é particularmente relevante, pois coincide com o início da trajetória política dos jovens, momento em que se mostram mais abertos a experiências formativas relacionadas à construção da cidadania. Adotou-se abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica e documental, o que permitiu a elaboração de uma sequência didática aplicável em sala de aula. Ao trazer para o ambiente escolar a vivência simulada de uma instituição participativa, busca-se ampliar os horizontes educacionais dos estudantes e fortalecer sua formação cidadã. A proposta visa estimular a imaginação sociológica, preparando-os para a vida pública de forma mais consciente e crítica.

Palavras-chaves: Democracia participativa. Ensino Médio. Imaginação sociológica. Instituições participativas.

ABSTRACT

The concern about how to encourage social participation beyond voting was the starting point of this study. Considering that civic engagement strengthens individuals' sense of belonging to society, education plays a fundamental role in this formative process. Based on this perspective, this paper proposes a pedagogical practice aimed at encouraging non-conventional participation among high school students. This stage of life is particularly relevant, as it coincides with the beginning of young people's political trajectories. A qualitative approach was adopted, based on bibliographical and documentary analysis, which enabled the development of a didactic sequence to be applied in the classroom. By bringing the simulated experience of a participatory institution into the school environment, the proposal seeks to broaden students' educational horizons and strengthen citizenship formation. It aims to stimulate students' sociological imagination, preparing them for public life in a more conscious and critical manner.

Keywords: Participatory democracy. High School. Sociological imagination. Participatory institutions.

1. INTRODUÇÃO

O exercício da cidadania é essencial para o desenvolvimento da sociedade e da

¹Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+/UEM) e do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM). Docente no Centro Universitário Cidade Verde (UniCV) vinculada ao Centro de Cidadania e Ação Social. E-mail: prof_beatrizsilva@unicv.edu.br.

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado/Doutorado Acadêmico) e em Políticas Públicas (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e docente do Centro de Cidadania e Ação Social do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+/UEM) e do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e pesquisador do INCT "Representação e Legitimidade Democrática" (REDEM/CNPq). E-mails: ergimenes@uem.br

democracia. Ao tratar desse exercício, faz-se referência ao amplo contexto da participação social, que abrange ações como o engajamento em partidos políticos, manifestações públicas, comícios e o próprio ato de votar — formas tradicionalmente classificadas como participação convencional. Este trabalho volta-se, contudo, à participação social desenvolvida no âmbito das Instituições Participativas.

No Brasil, tais instituições materializam-se principalmente em três experiências: os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, as Conferências e o Orçamento Participativo. Esses espaços possibilitam que atores governamentais e não governamentais se encontrem para construir, de forma conjunta, soluções para problemas públicos. Cada indivíduo que atua nessas instâncias representa uma voz relevante no fortalecimento democrático. Participar, seja por meio do voto, seja nesses arranjos institucionais, aproxima o cidadão dos processos decisórios e reforça sua relação com a democracia.

Diante disso, o objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de prática pedagógica estruturada como sequência didática, demonstrando como a temática da democracia participativa pode ser trabalhada em sala de aula com estudantes do Ensino Médio. A iniciativa parte da imaginação sociológica dos autores, enquanto pesquisadores e docentes de Ciência Política, Sociologia e Ciências Sociais, e busca difundir possibilidades de engajamento cívico em diferentes espaços, especialmente nas instâncias institucionais de participação. Pretende-se, assim, favorecer a compreensão de que a cidadania pode ser exercida em múltiplas esferas e contextos.

Para a elaboração da sequência didática, optou-se pela metodologia de resolução de problemas e trabalho em grupo, estruturando-se uma proposta que pode ser utilizada por docentes interessados em abordar a democracia participativa. Os estudantes seriam inicialmente apresentados ao conteúdo teórico e, em seguida, convidados a realizar a simulação de uma Conferência em âmbito municipal. Para tanto, seriam organizados em três eixos temáticos e, posteriormente, participariam de uma plenária destinada à leitura, discussão e deliberação das propostas elaboradas.

Embora a prática pedagógica ainda não tenha sido aplicada empiricamente, foi concebida como referência metodológica para ampliar as possibilidades de participação no contexto escolar. As Conferências, em suas diferentes etapas — municipal, estadual e nacional —, desempenham papel relevante ao dar visibilidade a demandas coletivas e contribuir para a formulação de políticas públicas mais equitativas. Considerando que o Ensino Médio corresponde a uma fase em que muitos jovens iniciam sua trajetória política, a proposta busca oferecer subsídios para que docentes promovam maior conscientização acerca

das alternativas democráticas disponíveis.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira, apresenta-se a trajetória do ensino de Sociologia no Brasil; na segunda, desenvolvem-se as noções teóricas sobre democracia participativa e Instituições Participativas; na terceira, discute-se a construção do sujeito político à luz da literatura especializada; e, por fim, na quarta seção, detalha-se a proposta didática voltada à simulação de uma Conferência Municipal no Ensino Médio.

2. TRAJETÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

No Brasil, a Sociologia foi introduzida no ensino antes mesmo da criação dos cursos universitários da área. Em 1925, o Colégio Pedro II incorporou a disciplina ao seu programa, por meio do Decreto nº 16.782, conhecido como Lei Rocha Vaz. A inserção da Sociologia no currículo secundário ocorreu em um contexto marcado por esforços governamentais de centralização dos conteúdos escolares e pela criação do Departamento Nacional do Ensino, responsável por “regulamentar e fiscalizar o ensino secundário e superior” (Meucci, 2015, p. 252). Esse período também foi caracterizado pelo início do processo de industrialização e pelo esgotamento do pacto oligárquico, fatores que contribuíram para a formação de uma consciência de crise, decorrente da dissociação entre a vida política e a vida social.

Desde sua introdução no ensino secundário, a Sociologia tem sido objeto de tensões e disputas. Após 1930, marco do surgimento dos primeiros cursos superiores de Ciências Sociais, a disciplina foi retirada do currículo escolar em 1942, com a Reforma Capanema. Embora essa reforma tenha dividido o ensino secundário nas modalidades clássico e científico, a Sociologia permaneceu excluída da grade curricular.

As controvérsias em torno de sua presença na Educação Básica persistem até os dias atuais. A reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017 e implementada a partir de 2022, introduziu o modelo dos itinerários formativos, permitindo aos estudantes escolher parte de sua carga horária. Posteriormente, o Projeto de Lei nº 5.230/2023 propôs alterações que visavam à manutenção da carga horária e à obrigatoriedade de determinados componentes curriculares. A reforma inicialmente estabeleceu como obrigatórias apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, enquanto outras áreas — como História, Biologia, Física, Química e Sociologia — passaram a integrar os itinerários formativos.

No que se refere ao PL nº 5.230/2023, destaca-se que os projetos encaminhados à sanção presidencial são acompanhados de justificativas formais. A exposição de motivos

desse projeto enfatizou o desafio de democratizar o acesso ao ensino médio com qualidade, estruturando-o em três finalidades: a preparação para o pleno exercício da cidadania; a formação para o mundo do trabalho; e a consolidação das aprendizagens necessárias ao ingresso no ensino superior (BRASIL, 2024, p. 7). Observa-se, nesse documento, a compreensão da educação como elemento central para o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, a Sociologia — e, de modo particular, a Ciência Política — assume relevância na formação democrática.

O PL nº 5.230/2023 foi aprovado em 9 de julho de 2024 e convertido na Lei nº 14.945/2024, promulgada em 31 de julho do mesmo ano. A nova legislação alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e promoveu ajustes na reforma do Ensino Médio, consolidando no currículo comum disciplinas como Língua Portuguesa e suas Literaturas, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Arte, Educação Física, Matemática, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Química, Física e Biologia (Brasil, 2024).

Durante a tramitação do referido projeto, entidades representativas de docentes e estudantes manifestaram preocupação com a possível redução da oferta da disciplina de Sociologia. Em audiência realizada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, representantes da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) destacaram que conteúdo da área são cobrados em avaliações nacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na mesma ocasião, a deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) defendeu a criação de uma Frente Parlamentar em defesa do ensino de Sociologia na Educação Básica (Câmara Dos Deputados, 2024). Esse contexto reforça a pertinência de estudos que discutam a importância da formação sociopolítica no ambiente escolar.

Após essa contextualização histórica e normativa, torna-se relevante abordar, ainda que brevemente, o ensino específico de Ciência Política no interior da disciplina de Sociologia. Tal enfoque contribui para que os estudantes compreendam e valorizem o conhecimento sobre política, instituições e atores sociais, capacitando-os “a uma leitura crítica das relações políticas e seus assuntos correlatos, com o objetivo final de qualificar sua participação na sociedade, de forma ativa e crítica” (Bodart; Macedo; Peixoto, 2022, p. 7).

O termo “política”, desde sua origem na tradição grega, relaciona-se à participação nos assuntos da polis. Assim, o ensino de Ciência Política na Educação Básica favorece a formação cidadã e amplia o alcance geracional da reflexão sobre democracia (Bodart; Macedo; Peixoto, 2022). Embora seus conteúdos possam estar inseridos em temas recorrentes da Sociologia — como movimentos sociais, eleições, voto e regimes democráticos —, a

Ciência Política apresenta especificidades que aprofundam a compreensão das dinâmicas institucionais e dos processos decisórios.

Desse modo, ainda que o campo de estudos sobre o ensino de Sociologia seja amplo e diversificado, esta breve contextualização evidencia que a disciplina, por sua centralidade na análise da sociedade, enfrenta recorrentes disputas. O fortalecimento desse campo no currículo escolar revela-se fundamental, sobretudo porque o conhecimento constitui instrumento indispensável para prevenir retrocessos e tendências autoritárias.

3. NOÇÕES SOBRE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos da democracia participativa e sua materialização nas Instituições Participativas (IPs), que constituem o eixo analítico da proposta pedagógica. O conceito de democracia pode ser compreendido como um campo plural, cujas interpretações variam conforme contextos históricos e perspectivas teóricas (Mendonça; Cunha, 2018). Em termos gerais, a dimensão política da democracia relaciona-se ao “problema de ordenamento da convivência de coletivos humanos” (Cardoso, 2018, p. 49), implicando a definição de papéis entre governantes e governados e a necessidade de participação destes na elaboração das normas que os regem.

A experiência da democracia ateniense consolidou a ideia de governo de muitos, em oposição à monarquia e à aristocracia (Cardoso, 2018). A assembleia dos cidadãos constituía o espaço institucional de deliberação pública, orientada por regras que garantiam debate e decisão majoritária após a escuta dos participantes. Ainda que historicamente situada e excludente, essa experiência inaugurou princípios centrais da participação política.

Com o advento do Estado liberal moderno, a democracia foi reinterpretada à luz da limitação do poder estatal e da afirmação dos direitos individuais. As revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII buscaram instituir o governo limitado e o constitucionalismo (Cardoso, 2018). No século XIX, as lutas operárias e a ampliação do sufrágio reforçaram a democracia como referência normativa das sociedades modernas. Nesse contexto, consolidou-se a democracia representativa, na qual a transferência do poder decisório aos representantes se legitima por meio de regras eleitorais e da mediação partidária (Cardoso, 2018).

No século XX, o Estado de Bem-Estar Social ampliou a atuação estatal na promoção de direitos sociais, como educação, saúde, renda e trabalho (Cardoso, 2018). A expansão dessas políticas favoreceu o surgimento de novos atores coletivos na esfera pública,

organizados em torno de diferentes interesses e causas. Esse processo impulsionou a criação de arenas institucionais de deliberação, caracterizadas pela interação entre Estado e sociedade civil. Segundo Cardoso (2018, p. 66), a inovação consistiu na regulamentação de esferas públicas deliberativas voltadas à formulação, implementação ou avaliação de políticas públicas.

A democracia participativa, portanto, não substitui a democracia representativa, mas a complementa ao ampliar os canais de debate público e incorporar novos sujeitos ao processo decisório. É nesse horizonte que se inserem as Instituições Participativas, entendidas como “modalidades mais institucionalizadas de engajamento político”, exemplificadas no Brasil pelos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, pelo Orçamento Participativo e pelas Conferências (Almeida, 2018, p. 11).

A participação política, nesse contexto, corresponde à relação ativa do indivíduo com a política. Pode assumir forma convencional, como o voto, ou não convencional, associada a movimentos sociais e espaços deliberativos. A participação não eleitoral é indicativa de uma “sociedade viva”, marcada por cultura cívica orientada ao compromisso coletivo e à ampliação das arenas democráticas (Andrade, 2010).

No Brasil, as Instituições Participativas ganharam relevância sobretudo a partir da redemocratização. O Orçamento Participativo (OP) possibilita à população deliberar sobre a aplicação de recursos públicos, redefinindo práticas administrativas historicamente restritas ao Executivo. A experiência de Porto Alegre, iniciada em 1989, tornou-se referência ao vincular participação popular e gestão orçamentária (Lüchmann, 2002).

Os Conselhos Gestores constituem espaços de articulação entre Estado e sociedade civil, com competência para discutir, definir e fiscalizar políticas públicas (Lüchmann, 2002; Lüchmann, Almeida e Gimenes, 2016). Podem assumir a forma de conselhos de programas, temáticos ou de políticas, variando conforme sua institucionalização e abrangência.

As Conferências Nacionais, por sua vez, configuram-se como “instituições participativas de deliberação sobre políticas públicas no nível nacional do governo” (Avritzer, 2012, p. 125). Estruturam-se em etapas municipais, estaduais e nacionais, com regulamentação formal, regimento interno e elaboração de relatório final (Avritzer, 2008). Além de debater direitos assegurados, visam formular ou aperfeiçoar diretrizes de políticas públicas (Pogrebinski, 2011; Souza *et al.*, 2013; Silva, 2023). Sua relevância é reconhecida constitucionalmente, uma vez que a Constituição Federal de 1988 assegura a participação social na seguridade social, na saúde e na assistência social (Brasil, 1988).

Em síntese, as Instituições Participativas representam o aprofundamento da

democracia no contexto brasileiro contemporâneo. Ao institucionalizar o debate público e integrar sociedade civil e Estado, ampliam o exercício da cidadania e fortalecem a dimensão deliberativa da vida democrática.

4. CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

A compreensão de que o cidadão deve ser chamado a participar das decisões que o afetam tem ganhado crescente espaço e legitimidade. No contexto brasileiro, observa-se que a democracia participativa se desenvolveu sem suprimir ou enfraquecer o sistema representativo, uma vez que as modalidades de participação são diversas. Neste trabalho, enfatiza-se uma dessas dimensões: a participação não convencional realizada no âmbito das Instituições Participativas. A seguir, apresentam-se argumentos que evidenciam a importância de fortalecer espaços públicos de deliberação e o papel do ensino de Sociologia nesse processo.

Em 1992, Carole Pateman elaborou importantes reflexões acerca da teoria democrática participativa. Sua obra permanece atual, pois se dedica à análise crítica de autores clássicos da democracia e às possíveis inconsistências de suas interpretações. O objetivo central da autora consistiu em examinar a hipótese — defendida por revisores da teoria democrática clássica, como Schumpeter, Berelson e Dahl — de que a ideia de uma sociedade participativa seria fantasiosa. Pateman argumenta, contudo, que essa noção de “mito clássico”, associada a pensadores como Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole, é equivocada, uma vez que os críticos não teriam considerado com a devida profundidade os fundamentos teóricos dessas formulações (PATEMAN, 1992).

Não se pretende, neste estudo, realizar uma análise exaustiva da obra da autora. Todavia, algumas de suas conclusões são particularmente relevantes para o debate aqui proposto. Pateman (1992) parte da análise das relações industriais para fundamentar o que denomina “democracia industrial”, indicando que a participação no ambiente de trabalho contribui para a formação de cidadãos mais aptos à vida pública. “A análise do conceito de participação apresentado aqui pode se aplicar a outras esferas, embora as questões empíricas suscitadas pela extensão da participação a outras áreas além da indústria não possam ser consideradas” (Pateman, 1992. p. 144)

Após essa reflexão, a autora amplia o debate ao mencionar a participação no âmbito familiar e no espaço educacional. Destaca que, à época da publicação de sua obra, as reivindicações por maior participação também partiam de estudantes. Caso um sistema

participativo fosse implementado em instituições de ensino superior, o estudante poderia participar de modo semelhante ao jovem trabalhador na indústria, pois “ambos são os cidadãos amadurecidos do futuro” (Pateman, 1992, p. 144).

Não raramente, atores políticos manifestam-se contrários à ampliação de mecanismos participativos sob o argumento de que tais iniciativas enfraqueceriam a democracia representativa. Esse, inclusive, foi o posicionamento do então deputado federal Alfredo Kaefer (PSDB/PR) no debate sobre a Política Nacional de Participação Social (Decreto nº 8.243/2014), posteriormente rejeitada pela Câmara dos Deputados. Na ocasião, o parlamentar apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.494/2014, sustentando que haveria “a prevalência do direito à participação daqueles considerados pelo Governo como sociedade civil ou movimentos sociais, com incentivo à sua formação. O cidadão comum, não afeto a este ativismo social, fica relegado ao segundo plano (...)” (Brasil, 2014).

Argumentos como esse podem ser analisados à luz das contribuições de Pateman (1992), que defende a importância da participação direta tanto nos processos decisórios quanto na escolha de representantes, de modo a assegurar maior controle do indivíduo sobre as condições que afetam sua vida e o ambiente em que está inserido.

No contexto de uma sociedade participativa, o significado do voto se transforma. O indivíduo não se limita a exercer uma escolha pontual, mas dispõe de múltiplas oportunidades de aprendizado e envolvimento na vida pública. Nesse sentido, a autora afirma:

No contexto de uma sociedade participativa o significado do voto para o indivíduo se modificaria: além de ser um indivíduo determinado, ele disporia de múltiplas oportunidades para se educar como cidadão público [...] torna-se claro que nem as reivindicações por mais participação nem a própria teoria da democracia participativa baseiam-se, como se diz com tanta frequência, em ilusões perigosas ou sobre fundamentos teóricos ultrapassados e fantasiosos. Ainda podemos dispor de uma teoria da democracia moderna, viável, que conserve como ponto central a noção de participação (Pateman, 1992, p. 146-147).

Desse modo, a autora demonstra que democracia participativa e democracia representativa não são excludentes. Ao contrário, podem coexistir e se complementar. A ampliação das oportunidades de participação não constitui uma fantasia, mas um meio de formação política do cidadão. No tópico seguinte, apresenta-se a proposta de aplicação didática que visa proporcionar aos estudantes do Ensino Médio uma experiência concreta de participação.

Além disso, bell hooks contribui para esse debate ao desenvolver o conceito de

pedagogia engajada. Para a autora, quando há espaço para interação efetiva entre estudantes e docentes, o ambiente da sala de aula se transforma em um espaço de aprendizagem compartilhada. O ato de ouvir diferentes vozes e fomentar o diálogo fortalece a construção coletiva do conhecimento.

Quando todos nos arriscamos, participamos mutuamente do trabalho de criar uma comunidade de aprendizagem. Descobrimos juntos que podemos ser vulneráveis no espaço de aprendizado compartilhado, que podemos nos arriscar. A pedagogia engajada enfatiza a participação mútua, porque é o movimento de ideias, trocadas entre todas as pessoas, que constrói um relacionamento de trabalho relevante entre todas e todos na sala de aula (hooks, 2020, p. 49).

Em sua reflexão, hooks (2020) observa que muitos estudantes não problematizam a democracia, pois tendem a considerá-la um direito naturalizado. No entanto, a manutenção de um regime democrático exige aprendizado constante sobre seu funcionamento e suas responsabilidades. Viver democraticamente implica compreender suas nuances e desafios. Isso não significa que todos os estudantes do Ensino Médio devam tornar-se teóricos políticos, mas que precisam ter a oportunidade de conhecer e experimentar os princípios do sistema democrático que os envolve.

Este trabalho parte da constatação de que o ensino de Sociologia nas escolas brasileiras constitui um campo historicamente marcado por disputas desde sua introdução, em 1925. Ao longo de quase um século, a disciplina passou por diversas reformulações e continua a suscitar debates quanto à sua finalidade. Não é possível defini-la de maneira única ou definitiva, considerando a multiplicidade de dimensões que compõem as Ciências Sociais. A análise da sociedade é, por natureza, um exercício contínuo e inacabado. Nesse sentido, fomentar práticas pedagógicas que possibilitem a compreensão da democracia sob diferentes perspectivas mostra-se fundamental para o fortalecimento da liberdade e da cidadania. Como afirma Pateman (1992, p. 139), “aprendemos a participar, participando”.

5. PROPOSTA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA

Este tópico apresenta a sequência didática destinada à aplicação prática dos conteúdos relativos à democracia participativa. A proposta tem duração aproximada de um trimestre, totalizando cerca de 12 aulas, com o objetivo de ampliar e avaliar, de maneira aplicada, o conhecimento dos estudantes sobre o tema. Parte-se da premissa de que, em aulas anteriores,

os alunos já tenham estudado a relação entre indivíduo e sociedade, a formação do Estado brasileiro, noções de poder, política e Estado, o direito ao voto, teorias da democracia moderna e contemporânea e cidadania. A partir desse repertório, introduz-se uma questão orientadora: a participação política restringe-se ao voto? Quais são suas diferentes formas? Em que espaços ela pode ocorrer?

A atividade proposta consiste na simulação de uma Conferência Municipal sobre Educação. As discussões poderão abranger aspectos da escola frequentada pelos estudantes, temas relacionados ao Novo Ensino Médio e outras situações-problema por eles identificadas. A realização dessa dinâmica estimula a reflexão sobre desafios concretos do ambiente escolar, incentivando a proposição de soluções — prática fundamental para o exercício cotidiano da cidadania. A delimitação temática e temporal da atividade favorece a análise crítica das questões levantadas e contribui para a formulação de propostas viáveis.

A proposta organiza-se em três momentos ao longo do trimestre: i) estudo e debate sobre democracia e instituições participativas; ii) preparação da Conferência; e iii) realização da simulação. Considerando que as aulas têm duração de 50 minutos e ocorrem semanalmente, as etapas da Conferência são distribuídas em três encontros específicos. A seguir, descreve-se uma sugestão de desenvolvimento dessas atividades.

No primeiro momento, os estudantes serão apresentados ao funcionamento de uma Conferência Municipal, à relevância do regimento interno, à organização em grupos de trabalho, ao tempo destinado às discussões e à dinâmica da plenária final, incluindo a elaboração do relatório. Após essa introdução, deverão pesquisar e elaborar um breve resumo sobre o que são Conferências Municipais.

O segundo momento inicia-se com a socialização das pesquisas realizadas. Em seguida, os estudantes elaborarão o regimento interno da simulação, definindo os eixos temáticos, o tempo de debate em cada grupo, o número de propostas a serem aprovadas e a duração da plenária final.

O terceiro momento corresponde à realização da Conferência. Inicialmente, será feita a leitura e aprovação do regimento interno. Posteriormente, a turma será dividida em três grupos, cada um responsável por um eixo temático. A sala de aula será organizada como espaço oficial da Conferência, tendo a Educação como tema central. Cada grupo disporá de 10 minutos para debate e deverá formular três propostas a serem apresentadas na plenária.

Na etapa deliberativa, cada eixo indicará um representante para a leitura das propostas. Todos os estudantes terão direito a voto, manifestando-se favoravelmente ou contrariamente a cada proposição. Na aula final, serão revisadas as propostas aprovadas e rejeitadas, abrindo-se

espaço para moções de apoio ou repúdio relacionadas aos temas discutidos. Ao término, será elaborado o relatório final, encerrando-se a plenária.

A realização dessa atividade permite que os estudantes compreendam a democracia em sentido ampliado, reconhecendo que a política se constrói no cotidiano e que experiências individuais podem ser transformadas em pautas coletivas quando inseridas em um espaço deliberativo. Optou-se pela simulação de Conferências por se tratar de instituições participativas consolidadas no contexto brasileiro, representando uma característica relevante da experiência democrática nacional.

A vivência proposta amplia a compreensão dos mecanismos de participação e estimula o envolvimento ativo nos processos decisórios que impactam a realidade escolar e social. Ao experimentar, de maneira concreta, o funcionamento de uma instituição participativa, os estudantes não apenas assimilam conteúdos teóricos, mas também desenvolvem competências críticas e argumentativas.

Essa experiência contribui, ainda, para o desenvolvimento da imaginação sociológica, conforme formulada por Wright Mills (1969). Ao analisar problemas do cotidiano escolar, propor soluções coletivas e participar do debate público, os estudantes exercitam a capacidade de relacionar vivências individuais a processos sociais e institucionais mais amplos. Mills destaca que muitos indivíduos “[...] não definem, habitualmente, suas ansiedades em termos de transformação histórica e contradição institucional” (Mills, 1969, p. 10). Segundo o autor, não basta dispor de informações ou raciocínio lógico; é necessária uma “qualidade de espírito” que permita utilizar o conhecimento de modo crítico e reflexivo (Mills, 1969, p. 11). Essa qualidade corresponde à imaginação sociológica, entendida como a capacidade de articular experiências pessoais e estruturas sociais mais amplas.

Desse modo, a prática pedagógica proposta favorece a formação de sujeitos críticos, aptos a compreender e intervir em seu contexto, fortalecendo a cidadania e a democracia:

Capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para vida íntima e para carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais (Mills, 1969. p. 11).

Portanto, ampliar os conteúdos previstos para a disciplina de Sociologia, de modo a incluir uma dimensão prática da Ciência Política e, sobretudo, uma experiência brasileira fundamental para a consolidação democrática, contribui para o desenvolvimento e o

aprimoramento da imaginação sociológica proposta por Mills. Entendemos que o Ensino Médio constitui um momento privilegiado para estimular o engajamento e a participação dos jovens, favorecendo a formação de sujeitos mais conscientes de seu papel na vida pública.

6. CONCLUSÃO

A participação — tanto por meio do voto quanto nas Instituições Participativas — possui o potencial de fortalecer a democracia. Quando os cidadãos se tornam mais ativos na esfera pública, amplia-se a possibilidade de construção de uma sociedade orientada pelo reconhecimento do bem comum e pela articulação de interesses voltados à promoção do bem-estar coletivo. Este trabalho partiu desse pressuposto: fomentar a participação e a cidadania por meio de uma sequência didática que possibilite aos estudantes do Ensino Médio vivenciar uma experiência democrática concreta em Instituições Participativas, espaços relevantes de deliberação sobre problemas públicos e formulação de políticas.

A proposta pedagógica, além de ampliar o repertório participativo dos estudantes, favorece a articulação de conteúdos desenvolvidos ao longo do ano letivo, como experiências democráticas, direitos civis, políticos e sociais e o conceito de cidadania. Assim, os alunos podem compreender que os conceitos trabalhados em sala de aula ultrapassam o plano abstrato e possuem aplicação prática na realidade social.

A implementação dessa proposta tende a contribuir para o desenvolvimento da imaginação sociológica, elemento indispensável à compreensão ampla da realidade social. Ao refletirem sobre questões relacionadas ao ambiente escolar e à educação, e ao elaborarem propostas de intervenção, os estudantes exercitam a capacidade de relacionar experiências individuais a processos sociais mais amplos. Entendemos que um dos propósitos centrais da educação é ir além da mera transmissão de conteúdos programáticos, promovendo a formação integral do estudante. Isso implica colocá-lo diante de situações que o preparem para a vida em sociedade, com maior consciência crítica e capacidade de contribuir para o desenvolvimento democrático.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. A. L. de. Participação política não eleitoral ou partidária: Associações, Conselhos e Orçamento Participativo. *In*: MARTINS, C. B. **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 377-400.

ALMEIDA, C. A participação política nas democracias contemporâneas: mapeando o debate.

In: MARTELI, C. G.G; JARDIM, M. C; GIMENES, E. R: **Participação Política e democracia no Brasil contemporâneo**. p. 11-31. UNESP: Cultura Acadêmica, 2018, p. 11-32.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opin. Publica*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 fev. 2026.

AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais**: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5.230/23**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2351731&filename=PL%205230/2023>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BODART, C. das N.; DA COSTA MACEDO, J.; COSTA PEIXOTO, F. **A Importância Do Ensino De Ciência Política No Brasil**: uma apresentação. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 6, n. 2, p. 06–22, 2023. Disponível em: <<https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/421>>. Acesso em: 03 fev. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Deputados, alunos e professores defendem ensino de filosofia e sociologia na rede pública**. Câmara dos Deputados, 12 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1051556-deputados,-alunos-e-professores-defendem-ensino-de-filosofia-e-sociologia-na-rede-publica>>. Acesso em: 03 fev. 2026.

CARDOSO, V. A. A invenção e as reinvenções da democracia. in MENDONÇA, R.F; CUNHA, E.S.M. *Introdução a teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: UFMG, 2018, p. 49 – 71.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 43, p. 59–80, out. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/fynBKXWD6sgKLVYfJTCC6NF/#>>. Acesso em: 03 fev. 2026.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa**: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Tese de Doutorado. Campinas, 2002.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; GIMENES, É. R. Gênero e representação política nos conselhos gestores no Brasil. **Dados**, 59(3), 789–822, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201692>

MENDONÇA, R.F; CUNHA, E.S.M. *Teorias democráticas*: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação in MENDONÇA, R.F; CUNHA, E.S.M. *Introdução a teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: UFMG, 2018, p.29-49.

MEUCCI, Simone. *Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência*

remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, 51(3):251-260, 2015. Disponível em:<https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02>. Acesso em: 03 fev. 2026.

MILLS, C. W. **A imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

POGREBINSCHI, T. Participação social como método democrático de gestão: o governo Lula e as políticas públicas participativas. **LED Análises**, n.1, out-nov. IPEA, 2011.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pogrebinschi_thamy_participacao_social_metodo_democratico_gestao.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2026.

SILVA, B. E. B. Instituições participativas e as mudanças de governo: uma análise sobre democracia e cultura política participativa no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). 164 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

SOUZA, C. H. L. de S. *et al.* Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. *In*: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de S. (Orgs): **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013, p. 25-47.

Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/Ipea_conferencias/livro%20conferencias%20nacionais.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2026.